

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLAVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Caem as Máscaras

O Governador Franco Montoro deixou o governo de São Paulo com um generoso aperto de mão aos altos funcionários do Estado: por decreto, todos os secretários e procuradores tiveram de presente 70 por cento de aumento. A verba de **representação** foi alçada para 40 mil cruzados, com isenção de imposto de renda.

Em Brasília, o Ministro da Administração descobre que o BNH, apesar de ter sido extinto (no papel), ainda custa a bagatela de 20 milhões de cruzados mensais, pagos a quatro mil funcionários que não fazem absolutamente nada. Com a extinção do banco, eles foram transferidos para a Caixa Econômica, que deveria emagrecer e não engordar. Sem ter como usar tanta gente, a Caixa ofereceu-lhes o relógio de ponto e o dia livre, por conta do contribuinte ou das taxas cobradas aos mutuários nos contratos da casa própria.

Na Bahia, depois de uma semana de obstrução comandada pelo PFL e apoiada por vários outros partidos, a bancada do PMDB conseguiu fazer aprovar na Assembléia Legislativa um projeto permitindo nomear pessoas de fora dos quadros do pessoal do estado, para cerca de 20 mil cargos em comissão nas secretarias de Educação e Saúde.

Em Pernambuco, o Governador Miguel Arraes recusou-se a inscrever entre as suas prioridades, sem maiores explicações, uma reforma na pesada máquina burocrática.

No Planalto, o Ministro João Sayad deixou o cargo sem que a Secretaria de Controle das Estatais — SEST —, depois de mais de dois anos sob seu comando, tenha apresentado qualquer projeto importante de enxugamento da obesa máquina federal. Um hotel de turismo vendido num estado do sul é tudo que se pode arrolar de significativo, além do desajuste generalizado entre custos e receitas das empresas públicas provocado pelo congelamento de tarifas. Não houve aumento de produtividade expressivo, e foram absorvidos os recursos da escassa poupança nacional, jogados no Fundo Nacional de Desenvolvimento, para sanear financeiramente empresas inviáveis.

Esse cenário não exclui a herança da velha república, que repassou ao que se convencionou chamar de nova (ou novíssima) república um estado pesado, gordo e ineficiente. Nele coexistem empresas produtivas que destoam do resto, com índices mais altos de eficiência, particularmente na geração de energia, em alguns serviços e telecomunicações.

Enquanto batalhava na oposição, o partido hoje majoritário, o PMDB, fez das mordomias e do inchaço no estado autoritário um dos seus alvos prediletos. Raramente distinguiu-se o funcionário produtivo do improdutivo, o homem que trabalhava do homem que pendurava o paletó na cadeira ou simplesmente batia o ponto, vivendo à custa do Governo e dos contribuintes. As trombetas contra as mordomias apanhavam tudo.

O que se poderia esperar do partido no poder? Ainda ecoam, longe, perdas na distância, as palavras do Presidente Tancredo Neves em seu leito de morte: "É proibido gastar." O que elas significavam, ou poderiam significar, quando ainda batiam limpos os tambores reformistas da nova república, dissipou-se em retórica. Evaporou-se na atmosfera de luta e consolidação de uma maioria partidária inspirada no melhor estilo bolchevista, com mais de sessenta anos de atraso sobre o que significou, na Rússia da década de 20, o processo de consolidação do partido majoritário no poder. Um partido que se empenha agora, bem a propósito, na modernização, e não na perpetuação do estado burocrático que herdou.

O que assistimos no Brasil é a consolidação de uma maioria que disputa os cargos, as mordomias, as aposentadorias privilegiadas, os benefícios dos múltiplos cabides disponíveis na máquina burocrática, nos Estados e na Federação, alimentada apenas pelo fisiologismo e nenhum compromisso com reformas, produtividade, aumento da eficiência e estímulo ao funcionalismo produtivo. Este é um quadro que se estende desde a luta de funcionários do Banco do Brasil para preservar as condições escandalosas em que ontem essa instituição manipulava a conta-movimento do Tesouro Nacional, até a greve de hoje, onde legítimas reivindicações

salariais podem ocultar o desejo de nivelar o sistema financeiro aos mesmos padrões de descompromisso que caracterizam as engrenagens corrompidas dos bancos estaduais.

No miolo desse furacão encontram-se sofismas e teses de subsistência partidária, como a de que o déficit público brasileiro gira fundamentalmente em torno da incapacidade para pagar a dívida externa — rateada pelas administrações passadas entre várias empresas estatais, como artifício para arrecadar dólares, descarregando aí todo o peso retórico da questão. O PMDB criou uma máscara de conveniência para os problemas bem mais profundos que o Brasil enfrenta com seu aparelho estatal, obeso e anacrônico, não apenas no nível federal mas ainda em todos os estados da Federação.

Explicaria esse biombo, essa máscara, a concessão de aumentos indiretos nos salários de funcionários públicos paulistas, erigidos em nova casta isenta do Imposto de Renda? Ou o deplorável quadro de falência dos bancos estaduais, usados ao longo dos anos para financiar campanhas eleitorais? Ou o inextinguível BNH? Ou a incapacidade para medir os níveis de eficiência e produtividade de indústrias estatais, com os mesmos parâmetros e os mesmos compromissos que se cobram nos países mais desenvolvidos?

Cai, mais rapidamente que se poderia esperar, essa máscara do fisiologismo embutido nas mentes de velhas lideranças partidárias e seus herdeiros, educados nos modelos clientelistas do Estado desde a década de 30. Reeducadas no populismo com que muitos governadores conquistaram os votos populares, essas lideranças preocupam-se agora apenas com o pagamento de compromissos e a distribuição dos favores prometidos a qualquer preço. Não criamos um Estado melhor. Continuamos nutrindo um Estado maior e pior.

Em números, assistimos ao crescimento continuado do déficit público em 1986. O que foi apresentado ao povo como zerado com o cruzado transformou-se em um déficit acumulado de 33,8 bilhões de cruzados na execução financeira do Tesouro, até novembro, apesar do crescimento de 8,8 por cento em termos reais na arrecadação do Imposto de Renda e de 76 por cento no Imposto de Produtos Industrializados.

Aumentou a carga tributária, piorou o perfil do estado paquidérmico. Essa máscara que cai torna-se agora mais sensível com a voracidade da hiena do Imposto de Renda sobre o bolso dos contribuintes, num balé macabro que, felizmente, pode ajudar cada cidadão a refletir sobre o partido e os parlamentares que elegeu: deles e das pressões subterrâneas que mascaram um fisiologismo incontido brotarão, certamente, as imperfeições e deformidades mais sérias na Constituinte.

Para que as últimas máscaras sejam arrancadas, e para que o Brasil de amanhã não seja pior ainda que o país fisiológico de hoje, é necessário um enorme esforço de reciclagem de mentes e costumes. Não se pode pedir aos homens que sejam melhores que seu caráter, mas pode-se aspirar a que os fracos criem uma estrutura melhor e mais forte, para seus filhos e para o futuro do país.

Uma reforma tributária capaz de conter a propensão do Estado a gastar — e sobretudo a capacidade de financiar seus gastos — poderá cortar impulsos fisiológicos, tanto no nível federal quanto no estadual. Convém lembrar que o Congresso Americano, às voltas com um déficit público que assumiu proporções astronômicas, superiores a 200 bilhões de dólares, encontrou na Legislação Ordinária os meios de frear o Executivo e as fontes geradoras de despesa. Não temos os privilégios do Estado americano de emitir papel-moeda contra o mundo. Podemos, porém, nos inspirar num modelo útil para conter a eterna tendência a depender no Estado todas as contas, socializando os prejuízos e distribuindo benesses clientelísticas. Derrubar as máscaras do fisiologismo e criar os anticorpos para que ele não destrua a própria democracia é a tarefa mais urgente do Presidente e do Congresso. Não há futuro quando a maioria se distancia dos interesses verdadeiros da população, agindo em causa própria e traindo o mandato conseguido nas urnas. Que o diga a **glasnost** soviética.